



4 DE NOVEMBRO DE 1813

TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



PLANO DE AÇÃO

META 9

DO PODER JUDICIÁRIO

2021





META 9 – REALIZAR AÇÕES DE PREVENÇÃO E DE DESJUDICIALIZAÇÃO DE LITÍGIOS VOLTADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

1 JUSTIFICATIVA

Denominado de Plano de Ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, a Agenda da Organização das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, é um compromisso de todos os países, ante a constatação das desigualdades sociais, diante das distorções que retiram a mínima dignidade humana.

Dividida em dezessete segmentos de atuação, com 169 metas a serem atingidas até 2030, os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS** têm como compromisso a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusiva em todos os níveis.

O Poder Judiciário abraçou esse programa, tendo o Conselho Nacional de Justiça editado a Portaria 133/2018, formado comissão para promover estudos para a integração das metas do Judiciário Nacional com os indicadores dos ODS, reconhecendo os objetivos da ONU com a missão do Judiciário em uma qualificada prestação jurisdicional.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a partir do ano de 2020 a meta 9, aprovada no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que consiste em realizar ações de prevenção e desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

A inclusão da Meta 9, que tem como alvo a integração da Agenda 2030 às ações prioritárias do Judiciário, estabelecida como a realização de ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável, assumiu compromisso para atuar com prioridade nos processos que tenham interação com os objetivos relacionados à pobreza, fome e agricultura sustentável, vida saudável, educação, igualdade de gênero, fornecimento de água e energia, exploração do trabalho, sustentabilidade nas cidades, demandas do consumidor e do meio ambiente e de apoio ao desenvolvimento da economia.

Para cumprimento da meta, o Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu a ODS 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Em reuniões realizadas pelos setores estratégicos do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça, após a análise dos dados do acervo geral do Tribunal referente aos assuntos mais demandados, identificou-se um grande estoque de processos de “Violência Doméstica Contra a Mulher”, código 10949 na TPU.

Deste modo, o plano de ação foi elaborado com o objetivo de desenvolver ações que viabilizem coibir todas as formas de discriminação de gênero contra mulheres e meninas, proporcionando ambientes equilibrados e saudáveis para o pleno desenvolvimento e convívio. Contribuindo, portanto, com a igualdade de gênero, em consonância com o preconizado pela ODS 5.

2 OBJETIVO

Implementar as ações voltadas para coibir todas as formas de discriminação de gênero e violência contra mulheres e meninas, descritas no Plano de Ação da Meta Nacional nº 9, do Conselho Nacional de Justiça, no Estado do Maranhão.

3 BENEFÍCIOS/IMPACTOS POSITIVOS

A implementação das ações que visam “*Coibir todas as formas de discriminação de gênero e violência contra mulheres e meninas, descritas no Plano de Ação da Meta Nacional nº 9, do Conselho Nacional de Justiça*”, no Estado do Maranhão, adotadas pelo Poder Judiciário do Maranhão, terão como benefícios e impactos positivos:

1. Disseminar informações sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006);
2. Contribuir para a redução das desigualdades de gênero;
3. Prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres;
4. Conscientizar acerca dos Direitos Humanos das Mulheres;
5. Difundir uma Cultura da Paz nas Famílias.

4 PLANO DE AÇÃO

								LEGENDA FAROL	
								Atrasada	
								Planejada	
								Iniciada	
								Cumprida	
O que ?	Por que?	Quando ?	Quem ?	Onde?	Como?	% realizado	Status	Farol	Quanto custa ?
1. Promover o I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”.	Incentivar a produção literária acerca da temática da violência doméstica e familiar contra a mulher pela produção de contos, crônicas ou poesias junto ao público em geral.	Janeiro a agosto	CEMULHER TJMA ASSCOM	Mídias institucionais do TJMA	1. Elaboração e lançamento do edital; 2. Abertura de inscrições; 3. Publicação da lista de inscrições deferidas; 4. Análise das produções pela banca examinadora; 5. Premiação; 6. Lançamento de ebook com obras dos finalistas.	83%	Em andamento		22.500,00
2. Dar continuidade à execução do Projeto “Valoriza Mulher”.	- Conscientizar as empresas sobre o seu papel no enfrentamento à violência contra a mulher; - Estimular a implementação de iniciativas que visem a equidade de gênero nas empresas; promover a valorização da mulher no ambiente de trabalho.	Janeiro a dezembro	Equipe multidisciplinar da CEMULHER Empresas parceiras ASSCOM Cerimonial	Plataformas digitais; TJMA, empresas e comunidade	1. Recepcionar e analisar os relatórios das empresas com as atividades desenvolvidas ao longo do ano; 2. Compartilhar materiais informativos com as Empresas; 3. Definir a empresas a serem premiadas no ano, de acordo com os critérios do projeto; 4. Organizar e realizar a cerimônia de premiação.	50%	Em andamento (Contínuo)		5.000,00



O que ?	Por que?	Quando ?	Quem ?	Onde?	Como?	% realizado	Status	Farol	Quanto custa ?
3. Promover curso de formação continuada para Juizes.	- Promover a formação continuada de juizes nas temáticas de violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher.	24 de junho a 11 de julho	CEMULHER TJMA ESMAM ASSCOM	Plataforma digital	1. Elaborar o projeto do curso e enviar para a ESMAM; 2. Fazer contato com palestrante e intermediar o recebimento dos documentos para contratação; 3. Solicitar divulgação pela ASSCOM; 4. Dar suporte à organização do curso.	100%	Concluída		6.024,00
4. Promover curso para servidores.	- Promover a formação continuada de servidores nas temáticas de violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher.	05 e 06 de agosto	CEMULHER TJMA ESMAM ASSCOM	Plataforma digital	1. Elaborar o projeto do curso e enviar para a ESMAM; 2. Fazer contato com palestrantes e intermediar o recebimento dos documentos para contratação; 3. Solicitar divulgação pela ASSCOM; 4. Dar suporte à organização do curso.	100%	Concluída		5.700,00
5. Promover o VI Seminário Estadual de Valorização da Mulher, direcionado aos atores do sistema de justiça, rede de serviços de atendimento à mulher e sociedade civil.	- Promover a formação continuada de magistrados servidores, parceiros do sistema de justiça e Rede, para a prevenção e enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher.	10 e 11 de junho.	CEMULHER TJMA ESMAM ASSCOM	Plataforma digital	1. Elaborar o projeto do Webinário e enviar para a ESMAM; 2. Fazer contato com palestrantes e intermediar o recebimento dos documentos para contratação; 3. Solicitar divulgação pela ASSCOM; 4. Dar suporte à organização do evento.	100%	Concluída		10.800,00



O que ?	Por que?	Quando ?	Quem ?	Onde?	Como?	% realizado	Status	Farol	Quanto custa ?
6. Dar continuidade à execução do Programa “ Desperta, Maria! ”, de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito interno do Poder Judiciário do Maranhão.	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização do público alvo; - Difundir a Lei Maria da Penha e Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência. 	Fevereiro a dezembro	Equipe multidisciplinar da CEMULHER TJMA em parceria com RH TJMA	Plataformas digitais; Mídias institucionais do TJMA, Fórum, Centro Administrativo	1. Promover, trimestralmente, palestras e ações informativas sobre os direitos das mulheres e a Rede de Proteção e Atendimento, no âmbito interno do Poder Judiciário. 2. Agendar com o setor a cada três meses. 3. Desenvolver e delimitar temática abordada. 4. Elaborar material didático a ser apresentado. 5. Realizar a palestra ou ação.	50%	Em andamento (Contínuo)		3.500,00
7. Dar continuidade à execução do Programa “ Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano ”.	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização do público alvo; - Difundir a Lei Maria da Penha e Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência. 	Fevereiro a dezembro	Equipe multidisciplinar da CEMULHER TJMA	Plataformas digitais; instituições e comunidade	1. Realizar, bimestralmente, palestras e rodas de diálogo virtuais e em espaços públicos e privados, comunidades, para difundir a Lei Maria da Penha e a Rede Estadual de Proteção e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. 2. Agendar com a instituição a cada dois meses. 3. Desenvolver e delimitar temática abordada. 4. Elaborar material didático a ser apresentado. 5. Realizar a palestra ou ação	50%	Em andamento (Contínuo)		15.000,00
8. Dar continuidade à execução do Projeto “ Prevenção Sustentável ”.	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização do público alvo sobre a temática; - Difundir a Lei Maria da Penha e Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência. 	Janeiro a dezembro	Equipe multidisciplinar da CEMULHER TJMA	Plataformas digitais dos parceiros	1. Elaborar, mensalmente, informativos e outros materiais digitais sobre temas emergentes na área da violência contra a mulher, a serem disseminados nas plataformas digitais dos parceiros do Projeto. 1.1. Escolha mensal da temática abordada 1.2. Elaboração mensal do material independente a ser divulgado. 1.3. Revisão gráfica do material. 5. Diagramação do material. 1.4. Divulgação do Boletim referente ao mês em curso para os parceiros e parceiras membro da <i>EcoLiga</i> .	66%	Em andamento (Contínuo)		SEM CUSTO



O que ?	Por que?	Quando ?	Quem ?	Onde?	Como?	% realizado	Status	Farol	Quanto custa ?
9. Elaborar e executar o Programa Homem Consciente.	Sensibilizar e divulgar conteúdos sobre masculinidades e grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, com foco no público masculino em geral, visando a prevenção de atos violentos nas relações íntimas de afeto, domésticas e familiares.	Fevereiro a Dezembro	CEMULHER TJMA ASSCOM ESMAM	Plataformas digitais; Mídias institucionais do TJMA, instituições; comunidade	1. Elaborar o Briefing do Programa; 2. Lançar nas mídias institucionais do TJMA; 3. Produzir e disseminar conteúdos; 4. Realizar ações educativas com servidores e público externo.	75%	Em andamento (Contínuo)		5.000,00
10. Lançar o Banco de Boas Práticas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	- Reconhecer e dar visibilidade às práticas de sucesso; - Sensibilizar e incentivar o desenvolvimento de iniciativas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher pelas Comarcas no estado do Maranhão.	Março	CEMULHER TJMA ASSCOM	Mídias institucionais do TJMA, grupos de WhatsApp, lista geral de e-mails de magistrados e servidores.	1. Elaborar o Briefing do Banco de Boas Práticas; 2. Lançar, com divulgação nas mídias institucionais do TJMA e grupos de secretários e equipes psicossociais; 3. Recepcionar e analisar as experiências inscritas pelas Comarcas via formulário eletrônico no hotsite da CEMULHER; 4. Selecionar as boas práticas e divulgar no hotsite da CEMULHER.	100%	Concluída		SEM CUSTO
11. Implementar o cumprimento do Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão ao Protocolo de Intenções 011/2018, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Federal de Psicologia.	- Promover a saúde mental das mulheres e dependentes em situação de violência; - Favorecer o rompimento dos ciclos de violência; - Fortalecer a Rede de Atendimento; - Contribuir para a formação acadêmica dos graduandos; - Aproximar o Judiciário da academia.	Fevereiro a Dezembro	CEMULHER TJMA ESMAM ASSCOM Faculdade CEUMA Universidade Pitágoras	Plataformas digitais; Mídias institucionais do TJMA, Instituições parceiras	1. Reunir com Coordenadores dos cursos de Psicologia para implementar o Termo de Cooperação; 2. Oferta de Webinar para capacitar alunos, professores e preceptores das instituições de ensino superior, na temática; 3. Levantamento de demandas junto às varas especializadas e Casa Abrigo para atendimento psicológico nas clínicas-escola; 4. Definição do fluxo de encaminhamento das mulheres e dependentes; 5. Monitoramento da implementação dos Termos de Cooperação Técnica.	80%	Em andamento		SEM CUSTO
12. Divulgar “Guia para Elaboração de Projetos na área da Violência contra a Mulher”.	- Orientar sobre a elaboração e execução de projetos; - Incentivar a execução de projetos pelas Comarcas do Estado;	Agosto	CEMULHER TJMA ASSCOM	Mídias institucionais TJMA; Hotsite da CEMULHER	1. Atualizar o Guia (2a edição); 2. Divulgar nas mídias institucionais do TJMA e nos grupos de secretários judiciais e equipes psicossociais.	100%	Concluído		SEM CUSTO
QUANTIDADE DE AÇÕES: 12 AÇÕES									

